



**SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM
SAÚDE
ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Andrea Maria da Conceição

**PROJETO DE INTERVENÇÃO:
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE RELACIONADO À SEGURANÇA DO
TRABALHO PARA AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS NO MUNICÍPIO DE
SALGUEIRO-PE**

Serra Talhada - 2017

Andrea Maria da Conceição

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE RELACIONADO À SEGURANÇA DO
TRABALHO PARA AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS NO MUNICÍPIO DE
SALGUEIRO-PE**

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública, para obtenção do título de Especialista Saúde Pública.

Orientador: Ms. Cicero Emanuel Alves Leite

2017

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os auxiliares de serviços gerais das unidades de saúde estão propícios a vários riscos ocupacionais, riscos estes que podem concretizar-se em acidentes de trabalho trazendo vários agravos a saúde, decorrentes das inúmeras atividades desenvolvidas por esses profissionais. Nesse sentido a Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia importante nos serviços de saúde no sentido de possibilitar a promoção de discussão das práticas no processo de trabalho para atender aos objetivos de uma determinada política de trabalho. **Objetivo:** Promover educação permanente em saúde para auxiliares de serviços gerais (ASG) da Secretaria Municipal de Saúde de Salgueiro-PE em relação à segurança do trabalho. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de intervenção que será executado no período de março/2018 a outubro/2018 no município de Salgueiro-PE. A população do estudo será 21 auxiliares de serviços gerais da secretaria municipal de saúde. **Resultados Esperados:** Espera-se: Auxiliares de serviços gerais qualificados em relação à segurança do trabalho; Implementação de um Programa Municipal de Qualificação de Servidores; Diminuição de riscos ocupacionais; Valorização profissional; Gerenciamento e manipulação correta dos RSS.

Palavras-chaves: Educação Permanente; Serviço de limpeza; Segurança do trabalho; Saúde do Trabalhador.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
CIES	Comissão de Integração Ensino Serviço
EPS	Educação Permanente em Saúde
EPI	Equipamento de Proteção Individual
NR	Normas Regulamentadoras
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
PI	Projeto de Intervenção
RSS	Resíduos de Serviços de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
ST	Segurança do Trabalho
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas de desenvolvimento do projeto de intervenção	16
Quadro 2 – Cronograma de desenvolvimento das etapas do projeto de intervenção	22
Quadro 3 – Orçamento estimado	23

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA	9
3. OBJETIVOS	11
3.1 Objetivo geral	11
3.2 Objetivos específicos	11
4. REVISÃO DE LITERATURA	12
5. MÉTODOS	15
5.1 Tipo do estudo	15
5.2 Período de execução do PI.....	15
5.3 Área de aplicação da Intervenção	15
5.4 População de Referência.....	15
5.5 Etapas de desenvolvimento do projeto	16
5.6 Considerações Éticas	18
6. META E INDICADORES	19
7. RESULTADOS ESPERADOS	20
8. VIABILIDADE	21
9. CRONOGRAMA	22
10. ORÇAMENTO ESTIMADO	23
11. FINANCIAMENTO	24
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICE A – Declaração de Anuência	27

1. INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia importante nos serviços de saúde no sentido de possibilitar a promoção de discussão das práticas no processo de trabalho para atender aos objetivos de uma determinada política de trabalho.

Os processos de capacitação, geralmente, objetivam melhorar o desempenho do pessoal em todos os níveis de atenção e funções do respectivo processo de produção; contribuir para o desenvolvimento de novas competências, como a liderança; servir de substrato para transformações culturais de acordo com as novas tendências, como a geração de práticas desejáveis de gestão (ROSCHKE; BRITO; PALACIOS, 2002)

Além da finalidade educacional propriamente dita, espera-se que os componentes da capacitação sejam parte essencial da estratégia de mudança institucional. Entretanto, nem sempre se instala uma estratégia global e sustentável que dê lugar à conquista progressiva e sistemática desses propósitos (BRASIL, 2009).

No tocante ao setor saúde de uma forma ampla, para os processos de EPS, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) afirma que devem ser consideradas as especificidades regionais, a superação das desigualdades regionais, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde (BRASIL, 2009).

Há lacunas importantes na implantação dessa política, principalmente com a utilização de metodologias diferenciadas, visando à integralidade, respeitando as necessidades de trabalhadores e usuários, permitindo-lhes autonomia e resolutividade frente às suas ações e, portanto, ser percebida por todos os trabalhadores como imprescindível para melhorar a forma de atuação, tal como propõe a PNEPS (CUNHA et al, 2014).

São também permeadas por dificuldades de infraestrutura material, de gestão e de recursos humanos para desenvolver ou continuar multiplicando e aplicando a educação permanente. Desta maneira, torna-se desafio ainda maior implementar processos de ensino aprendizagem que sejam respaldados por ações crítico-reflexivas e participativas de que a promover mudanças nas diferentes realidades de cada serviço (MICCAS; BATISTA, 2014).

É possível inferir que a articulação educação e saúde encontra-se pautada tanto nas ações dos serviços de saúde, quanto de gestão e de instituições formadoras. É necessário

realizar propostas de EPS com profissionais dos serviços, professores e profissionais das instituições de ensino a fim de que sejam incorporadas novas mudanças na estrutura do trabalho e do ensino (MICCAS; BATISTA, 2014). Dentre vários temas e áreas possíveis à serem abordados em EPS, vale ressaltar Segurança do Trabalho (ST), devido sua importância para minimização/eliminação de riscos diversos no cotidiano dos profissionais que atuam no setor saúde.

As ações de ST pressupõem, por sua natureza, além de recursos materiais, quadro de pessoal suficiente, capacitado e dotado de carreira compatível com as funções essenciais do Estado provedor, ou seja, uma política de Estado condizente com a perspectiva de superação da precariedade do trabalho contemporâneo e com a proteção integral da saúde dos trabalhadores (COSTA et al, 2013).

Entre os trabalhadores que compõem os serviços de saúde e que estão expostos diretamente a riscos ocupacionais, cabe considerar os Auxiliares de Serviços Gerais (ASG), devido o contato com Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) contaminados colocando em risco sua saúde, dos demais profissionais e dos usuários do serviço, quando não se tem o devido cuidado com a ST. Assim, as pautas referentes à EPS devem sempre incluir os ASG em relação esta temática.

Em hospitais de São Luiz - MA, Gomes (2016) identificou, entre trabalhadores da limpeza e conservação de hospitais, que os homens representaram cerca de 58% dos acidentes de trabalho e que a ocorrência foi associada a: ensino médio incompleto, tempo de serviço menor que 5 anos, segregação inadequada dos resíduos sólidos de saúde (RSS), ter realizado capacitação somente na admissão e o não uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Os profissionais envolvidos de forma direta com o gerenciamento de RSS devem ser capacitados em sua admissão e mantidos sob educação continuada para as atividades de manejo de resíduos. Além disso, deve-se abordar a importância da utilização correta do EPI e a necessidade de mantê-los em perfeita higiene e estado de conservação (BRASIL, 2004).

Percebe-se que os ASG da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Salgueiro apresentam um quadro de adoecimento recorrente, evidenciado por interposição de atestados médicos e readaptação de função, entre outros, que parecem estar relacionados com o aspecto da segurança de trabalho. Esta situação despertou o interesse pela autora para desenvolver Projeto de Intervenção.

Diante deste contexto, a pergunta de pesquisa que direcionou a elaboração deste

Projeto de Intervenção foi: “Como a estratégia de educação permanente em saúde pode influenciar positivamente na maior utilização de EPI pelos ASG?”.

2. JUSTIFICATIVA

Os ASG que trabalham no setor saúde estão expostos de forma constante e direta a riscos devido à manipulação de produtos químicos, contato com fluidos e eliminações fisiológicas, por exemplo, evidenciando a necessidade do correto manejo destes, o que deve ser trabalhado de forma permanente como educação em saúde.

Gomes (2016) ressalta a importância da EPS que permita proporcionar orientação sobre a preservação, manutenção e promoção da saúde de trabalhadores da limpeza e conservação em estabelecimentos de saúde.

A EPS favorece o crescimento pessoal e profissional, melhora o trabalho em equipe e possibilita mudanças na prática e a melhora na qualidade da assistência (PAULINO; SOUZA; BORGES, 2010).

No contexto de Salgueiro - PE, os servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) dispõem do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações em que está previsto o Programa de Qualificação Profissional, que foi construído tendo por base as demandas das necessidades daqueles servidores quanto a qualificações a serem executadas, em especial quanto à segurança do trabalho para os Auxiliares de Serviços Gerais. Até Agosto/2017, não foi desenvolvida.

Desta forma, mostra-se imperioso desenvolver projeto de intervenção (PI) para promover educação permanente em saúde quanto à segurança do trabalho para os Auxiliares de Serviços Gerais da SMS de Salgueiro-PE.

Realizou-se busca de trabalhos/experiências semelhantes no banco de dados da BIREME e Google Acadêmico utilizando as palavras educação permanente em saúde”, “educação continuada”, “serviço de limpeza”, “serviço terceirizado” e “segurança do trabalho”, como descritores e como palavras de título/resumo. Não foram identificados estudos nesta linha que relatassem experiência ou avaliassem processo educativo continuado com ASG. No entanto, identificaram-se alguns estudos relacionados à EPS e ASG, como, por exemplo, os de Peduzzi et al (2009), Silva et al (2010) e Gomes (2016).

Este PI poderá contar, de forma voluntária, com colaboração/apoio de servidores lotados na Secretaria de Saúde, em especial relacionados à Atenção Básica e Vigilância em Saúde.

A realização deste Projeto de Intervenção poderá trazer como contribuição:

diminuição de riscos ocupacionais para os ASG; gerenciamento e manipulação correta dos RSS; diminuição de infecções cruzadas; implementação de um Programa Municipal de Qualificação; redução de readaptação de função; redução de absenteísmo decorrente de adoecimento ocupacional, se houver; e valorização profissional.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Promover educação permanente em saúde para auxiliares de serviços gerais (ASG) da Secretaria Municipal de Saúde de Salgueiro-PE em relação à segurança do trabalho.

3.2 Objetivos específicos

- Realizar diagnóstico situacional para identificar as necessidades que os ASG enfrentam em sua rotina de trabalho;
- Debater juntamente com a gestão da Secretaria de Saúde sobre as necessidades identificadas;
- Realizar oficinas para capacitar e treinar os auxiliares de serviços gerais em relação à segurança do trabalho;
- Monitorar como acontecerá o processo de trabalho do ASG pós-qualificação.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Acidente de trabalho pode ser definido como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da instituição, provocando lesão corporal ou perturbação funcional. Os acidentes de trabalho ainda não são considerados prioridade no Brasil, tendo agravado inteiramente o índice de acidentes, tornando assim um problema social, econômico e de saúde pública (SILVA e SOUSA, 2014).

Diante desse contexto de acidentes e doenças profissionais a segurança no trabalho surge como empenho de diretrizes e procedimentos de prevenção, conscientização e erradicação dessas ocorrências (SOUSA et al, 2017).

Pode se entender Segurança do Trabalho como um grupo de medidas adotadas visando diminuir os acidentes que ocorrem no trabalho, doenças ocupacionais que podem ser eliminadas para proteger a capacidade de produção do trabalhador. Diante dessa situação, torna-se necessário priorizar ações e adotar políticas mais contundentes para a preservação dos fatores dos incidentes nos locais de trabalho (FREITAS, 2015).

No contexto da segurança no trabalho, em 1978 a portaria nº 3214 de 08 de junho, aprovou as Normas Regulamentadoras (NR) relacionadas à segurança e a medicina do trabalho. As NR têm como proposta potencializar o ambiente de trabalho para a redução e eliminação dos riscos existentes.

Em 1990 foi criada a lei orgânica da saúde nº 8080/90 que defende o trabalho como sendo um fator determinante e condicionante da saúde, uma vez que a saúde do trabalhador é uma área de atuação do SUS, como também determinar as competências do Sistema Único de Saúde (SUS) (SILVA E SOUSA, 2014).

Nesse contexto os auxiliares de serviços gerais das unidades de saúde estão propícios a vários riscos ocupacionais, riscos estes que podem concretizar-se em acidentes de trabalho trazendo vários agravos a saúde, decorrentes das inúmeras atividades desenvolvidas por esses profissionais.

A prevenção dos acidentes deve ser realizada através de medidas gerais de comportamento, eliminação de condições inseguras e treinamento dos servidores, devendo o uso dos EPI's ser obrigatório, havendo fiscalização em todas as atividades, sendo os

empregados treinados quanto ao seu uso correto. As tarefas devem ser previamente avaliadas, os riscos e os padrões de trabalho identificados e todos devem ser responsáveis pela segurança e prevenção dos acidentes (JUNIOR et al, 2016).

O ambiente laboral para que seja saudável e promova a segurança profissional, deve ser pautado nas relações humanas e contextuais do trabalho, além de ter o princípio da integralidade como eixo da organização e gestão do serviço. Embora a integralidade se constitua como um dos pilares do Sistema Único de Saúde e pautado na assistência ao usuário, ele também deve orientar as práticas dos profissionais da área da saúde com foco na segurança.

Nessa perspectiva a conscientização e o treinamento em segurança do trabalho são fatores importantes na gestão da segurança, pois capacitam os servidores para o desempenho de suas funções no que diz respeito aos riscos inerentes a cada processo, além de ressaltar a importância de seguir os procedimentos de trabalho sem “queimar etapas” e sem se expor aos riscos. Os treinamentos são utilizados para padronizar procedimentos, corrigir desvios e, com isso, prevenir os acidentes de trabalho (NEVES et al, 2014).

Portanto no intuito de reduzir os índices de acidentes de trabalhos dos auxiliares de serviços gerais, a educação permanente em saúde surge como uma ferramenta para melhoria na qualidade dos serviços.

Nessa direção através da Portaria nº 198/GM/MS de 13 de fevereiro de 2004, instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor, priorizando a aprendizagem no trabalho, uma vez que possibilita a construção de um processo educativo com os trabalhadores desenvolvido a partir dos problemas e necessidades detectadas em seu contexto laboral (WEIGELT, 2015).

Desse modo, a Educação Permanente é vista por diversos autores como um conjunto de práticas educacionais que objetivam mudanças nos modelos hegemônicos de formação e atenção à saúde. São práticas direcionadas a promover oportunidades de desenvolvimento para o funcionário, com a finalidade de ajudá-lo a atuar de forma efetiva e eficaz em suas atividades institucionais, além de propiciar constante troca de experiências, envolvendo toda a equipe e a organização em que está inserida.

A política de EPS aponta o fortalecimento da gestão participativa e da responsabilidade compartilhada, com dispositivos que ampliam os espaços para o exercício do

diálogo, integração, participação, troca de experiências e de conhecimentos e a busca de respostas e soluções coletivas para problemas que impedem a atenção integral e de qualidade.

5. MÉTODOS

5.1 Tipo do estudo

Trata-se de um Projeto de Intervenção para promover educação permanente em saúde para ASG da Secretaria Municipal de Saúde de Salgueiro-PE em relação à segurança do trabalho.

5.2 Período de execução do PI

Será desenvolvido entre os meses de março a outubro de 2018.

5.3 Área de aplicação da Intervenção

O projeto de intervenção será realizado no município de Salgueiro-PE, pertence a mesorregião do Sertão de Pernambuco, tendo 56.629 habitantes e densidade demográfica de 33,57 Hab/km² (IBGE, 2010).

Os serviços de saúde ofertados no município são compostos por 01 Hospital Regional (HRIS), 01 Centro de Hemoterapia, 01 Centro de Hemodiálise, 01 UPAC, 01 Pronto Socorro (privado e conveniado ao SUS), 01 Policlínica Municipal, 01 Laboratório Municipal, 01 CAPS, 03 polos de Academia da Saúde, 01 Central de Regulação Regional, 01 CTA/SAES, 18 Unidades Básicas de Saúde (UBS) sendo, 05 nas sedes dos distritos.

5.4 População de Referência

Serão capacitados/qualificados 21 Auxiliares de Serviço Gerais lotados na Secretaria Municipal de Saúde de Salgueiro-PE.

O PI será executado pela autora e serão firmadas parcerias com servidores de setores da Atenção Básica e Vigilância em Saúde.

5.5 Etapas de desenvolvimento do projeto

As etapas a serem desenvolvidas no projeto estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas de desenvolvimento do projeto de intervenção

Etapa	Quando	Onde	Quem vai participar	Quem vai conduzir	Responsável
Reunião com a gestão para discussão do projeto de intervenção	Março/2018	Secretaria de Saúde	-Andrea -Gestores da Secretaria de Saúde	Andrea	Andrea
Apresentação do PI ao Conselho Municipal de Saúde	Março/2018	Auditório do CVT	-Andrea - Conselheiros de Saúde	Andrea	Andrea
Planejamento das oficinas de qualificação	Março e Abril/2018	Auditório do CVT	-Auxiliares de Serviços Gerais	Autora	-Andrea -Parceiros
Visitas às unidades de saúde para o conhecimento do contexto em que trabalham os ASG	Março/2018	Unidades de saúde	Andrea	Andrea	Andrea
Elaboração de instrumento para monitorização do processo de trabalho dos ASG após qualificação	Abril/2018	Auditório do CVT	Andrea Parceiros	Andrea	-Andrea -Parceiros

Realização de oficinas com os ASG	Maio a Julho/2018	Auditório do CVT	-ASG -Andrea -Parceiros	Andrea	-Andrea -Parceiros
Avaliação do PI	Agosto/2018		-Andrea -Parceiros -ASG	Andrea	Andrea
Monitoramento do processo de trabalho após qualificação	Setembro a outubro/2018	Unidades de Saúde	-Andrea	Andrea	Andrea

As oficinas acontecerão uma vez por mês entre Maio e Julho/2018 com a duração de 08 horas.

✓ Maio/2018

- Acolhimento dos participantes
- Abordagem do tema: “EPI e meu dia-a-dia no trabalho” com roda de conversa e apresentação de vídeos
- Dinâmica envolvendo uma situação do cotidiano dos profissionais envolvidos relacionada ao uso de EPI;

✓ Junho/2018

- Acolhimento dos participantes
- Abordagem do tema: “Ergonomia no trabalho” com roda de conversa e apresentação de vídeos
- Dinâmica envolvendo uma situação do cotidiano dos profissionais envolvidos relacionada à ergonomia no trabalho;

✓ Julho/2018

- Acolhimento dos participantes
- Abordagem do tema: “Resíduos de serviços de saúde: da produção à destinação correta” com roda de conversa e apresentação de vídeos
- Dinâmica envolvendo uma situação do cotidiano dos profissionais envolvidos relacionada aos resíduos de serviços de saúde;

5.6 Considerações Éticas

Os auxiliares de serviço gerais serão esclarecidos sobre os objetivos do projeto de intervenção, assim como será explicado que os mesmos têm que participarem de livre espontânea vontade, não sendo remunerados pela participação. Será solicitada autorização através da declaração de anuência a Secretaria de Saúde do Município de Salgueiro –PE. Serão atendidas as exigências contidas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

6. META E INDICADORES

Metas	Indicadores
Promover educação permanente em saúde para 100% dos auxiliares de serviços gerais da SMS de Salgueiro-PE em relação à segurança do trabalho	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ ASG participantes da educação permanente em saúde}) \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de ASG}}$
Realizar 03 encontros para oficinas visando capacitação e treinamento de auxiliares de serviços gerais em relação à segurança do trabalho	Nº de encontros realizados
Monitorar o processo de trabalho de 100% dos ASG participantes das oficinas, pós-qualificação	$\frac{(\text{N}^\circ \text{ de ASG com processo de trabalho monitorado}) \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de ASG participantes das oficinas}}$

7. RESULTADOS ESPERADOS

- ✓ Auxiliares de serviços gerais qualificados em relação à segurança do trabalho;
- ✓ Diminuição de riscos ocupacionais;
- ✓ Gerenciamento e manipulação correta dos RSS;
- ✓ Valorização profissional;
- ✓ Processo de trabalho dos ASG monitorado após qualificação.

8. VIABILIDADE

- ✓ Política: existe a necessidade da realização evidenciada no Programa de Qualificação dos Servidores; existe o interesse da gestão em ser executado;
- ✓ Econômica: Baixo custo para implementação, pois serão firmadas parcerias com servidores do quadro da Secretaria de Saúde, de forma voluntária; os equipamentos e local que serão utilizados pertencem ao patrimônio municipal; possível redução do absenteísmo no trabalho;
- ✓ Social: servidores qualificados e valorizados;
- ✓ Operacional: processo de trabalho melhor organizado e com menos riscos ocupacionais.

9. CRONOGRAMA

O cronograma de execução deste Projeto de Intervenção está descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Cronograma de desenvolvimento das etapas do projeto de intervenção

Etapas	Quando	Responsável
Reunião com a gestão para discussão do projeto de intervenção	Março/2018	Andrea
Apresentação do PI ao Conselho Municipal de Saúde	Março/2018	Andrea
Planejamento das oficinas de qualificação	Março e Abril/2018	-Andrea -Parceiros
Visitas às unidades de saúde para o conhecimento do contexto em que trabalham os ASG	Março/2018	Andrea
Elaboração de instrumento para monitorização do processo de trabalho dos ASG após qualificação	Abril/2018	-Andrea -Parceiros
Realização de oficinas com os ASG	Maio a Julho/2018	-Andrea -Parceiros
Avaliação do PI	Agosto/2018	Andrea
Monitoramento do processo de trabalho após qualificação	Setembro a outubro/2018	Andrea

Fonte própria

10. ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado para execução deste Projeto de Intervenção está descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Orçamento estimado

Material	Quantidade	Valor individual	Total	Responsável
Insumos (ofício A4, canetas, tinta para Impressora, cartolinas, pilotos)	-	-	R\$ 500,00	Andrea
Alimentação para os participantes nos encontros	70	R\$ 20,00	R\$ 1.400,00	Secretaria de Saúde

Fonte própria

11. FINANCIAMENTO

O financiamento referente a este Projeto de Intervenção será de responsabilidade própria da autora e da SMS. Será sugerido a SMS que busque recursos junto a Comissão de Integração Ensino e Serviço (CIES) ou utilização de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http%3A%2F%2Fportal.anvisa.gov.br%2Fdocuments%2F33880%2F2568070%2Fres0306_07_12_2004.pdf%2F95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6&usg=AFQjCNHzjbdzmflgP5NAqmhatjkK2Ssd3Q. Acesso em 10 de agosto de 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. Disponível em http%3A%2F%2Fportal.anvisa.gov.br%2Fdocuments%2F33856%2F396770%2FPol%25C3%25ADtica%2BNacional%2Bde%2BEduca%25C3%25A7%25C3%25A3o%2BPermanente%2Bem%2BSa%25C3%25BAde%2Fc92db117-e170-45e7-9984-8a7cdb111faa&usg=AFQjCNGegFkkW1hLOWwCtgFoTaoPbpt_SA. Acesso em 10 de agosto de 2017.

COSTA, D. et al . Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 38, n. 127, p. 11-21, June 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 de Abril de 2017.

CUNHA et al. Implicações da educação permanente no processo de trabalho em saúde. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 15, n. 4, p. 64-75, 2014. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/view/19911/pdf_48. Acesso em 26 de Abril de 2017.

GOMES, S. C. S. **Exposição ocupacional com resíduos de serviços de saúde entre trabalhadores da limpeza e conservação**. Dissertação (Mestrado) Saúde Coletiva. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2016. 81f. Disponível em <http://tede2:8080/tede/handle/tede/1004>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

MICCAS, F. L.; BATISTA, S. H. S. S. Educação permanente em saúde: metassíntese. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 170-185, Feb. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102014000100170&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de abril de 2017.

PAULINO, V. C. P.; SOUZA, P. R.; BORGES, C. J. Contribuições da educação permanente em serviço no contexto da estratégia de saúde da família. **Intinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 2, n. 9, 2010. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/download/20365/19212>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

PEDUZZI, M. et al. Educational activities for primary healthcare workers: permanente education and inservice healthcare education concepts in the daily life of primary healthcare units in São Paulo. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.13, n.30, p.121-34, jul./set. 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-3283200900011>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

ROSCHKE, M. A.; BRITO, P.; PALACIOS, M. A. **Gestión de proyectos de educación permanente en los servicios de salud**: manual del educador. Washington: OPS/ OMS, 2002. (Série Paltext, n. 44). Disponível em <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/3284/Gestion%20de%20proyectos%20de%20educacion%20permanente%20en%20los%20servicios%20de%20salud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29 de abril de 2017.

SILVA, L. G. et al. Capacidade para o trabalho entre trabalhadores de higiene e limpeza de um hospital universitário público. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**, v. 12, n. 1, p. 158-63, 2010. Disponível em <http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n1/v12n1a19.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

APÊNDICE A – Declaração de Anuência

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO
Secretaria Municipal de Saúde

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins autorizar a construção do projeto de intervenção intitulado, EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE RELACIONADO À SEGURANÇA DO TRABALHO PARA OS AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS NO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO – PE, realizado por ANDREA MARIA DA CONCEIÇÃO, sob orientação do Professor Mestre CÍCERO EMANOEL ALVES LEITE, à ser apresentado como critério para conclusão do Cursos de Especialização em Saúde Pública, da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPE). E afirmo que esta instituição tem condições de apoiar a construção do referido trabalho.

Sendo assim autorizo sua execução, desde que os envolvidos/as comprometam-se a utilizar os dados coletados e as informações provenientes da intervenção exclusivamente para construção do Projeto de Intervenção.

Salgueiro, 27 de junho de 2017.

Atenciosamente,


Felype Ferreira Sampaio
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 314/2017